

PSICOPATIA OU ATARAXIA? o julgamento moral sobre os comportamentos indesejados a partir da leitura de *O Estrangeiro*, de Albert Camus*

PSYCHOPATHY OR ATARAXIA? moral judgment about the unwanted behavior from reading of *The Stranger* by Albert Camus

PSICOPATÍA O ATARAXÍA? Juicio moral sobre el comportamiento no deseado desde la lectura de *El Extranjero* de Albert Camus

*Victória Karoline Ramos de Oliveira
Wildoberto Batista Gurgel*

Resumo: Reflexão filosófica sobre a estigmatização dos comportamentos indesejados a partir da análise dos juízos sobre a postura de Mersault em *O Estrangeiro*, de Albert Camus. Faz-se uma provocação para a leitura dessa obra à luz das estigmatizações contemporâneas, que passam pelo diagnóstico em saúde mental, e de outra mais clássica, que aponta para o paradigma epicureu da ataraxia. Argumenta-se que julgamentos psiquiátricos sobre os comportamentos indesejados, como o diagnóstico de psicopatia, não podem ser encerrados em si mesmos, por mais que queiram, pois comportam contradições, algumas incorrigíveis, e construções sócio-históricas, bem como outras possibilidades de leitura. No caso da conduta de Mersault, essa pode ser tanto apresentada como um caso de psicopatia, em uma abordagem mais psiquiátrica, quanto um modo de vida autárquico associado à ataraxia epicureia, em uma abordagem mais moral. Compara-se, para tanto, os elementos conceituais do diagnóstico do comportamento psicopata e das propriedades da ataraxia e os aplica na análise do comportamento desse personagem. Postula-se, portanto, que o comportamento atribuído a Mersault, como um exemplo de comportamento indesejado, pode ser alvo de inúmeras disputas, passando pelas mais diversas tipificações, como forma de não reconhecimento da diversidade legítima no plano dos paradigmas comportamentais.

Palavras-chave: Filosofia da psiquiatria. Comportamento indesejado. Estigma. Psicopatia. Ataraxia.

Abstract: Philosophical reflection on the stigma of unwanted behaviors from the analysis of judgments about Meursault's posture in *The Stranger* by Albert Camus. It is a provocation to the reading of this work in the light of contemporary stigmatization, which includes the diagnosis of mental health, and of other more classical, which points to the paradigm of Epicurean ataraxia. It is argued that psychiatric judgments about unwanted behaviors, such as the diagnosis of psychopathy, can not be closed in themselves, even though they want, but contain contradictions, some incorrigible, and socio-historical constructions, as well as other possibilities of reading. In the case of Meursault's conduct, that can be presented as a case of psychopathy in a more psychiatric view, as a way of life associated with the Epicurean ataraxia, in a more moral approach. The conceptual elements of the diagnosis of psychotic behavior and properties of ataraxia are compared and they are applied in the analysis of that character's behavior. It is postulated, therefore, that the behavior attributed to Meursault as an example of undesirable behavior, can be the target of countless disputes, going through the most diverse typifications as a form of non-recognition of legitimate diversity in terms of behavioral paradigms.

Keywords: Philosophy of psychiatry. Unwanted behavior. Stigma. Psychopathy. Ataraxia.

Resumen: Reflexión filosófica sobre el estigma de las conductas no deseadas a partir del análisis de los juicios sobre la postura de Meursault en *El Extranjero* de Albert Camus. Se trata de una provocación a la lectura de esta obra a la luz de las estigmatizaciones contemporáneas, que incluyen el diagnóstico en la salud mental, y otros más clásicos, lo que indica el paradigma de la ataraxia epicúrea. Se argumenta que los juicios psiquiátricos sobre los comportamientos no deseados, tales como el diagnóstico de la psicopatía no se puede cerrar en sí mismos, por mas que quieran, pero contienen contradicciones, algunas incorregibles, y construcciones sócio-históricas, así como otras posibilidades de lectura. En el caso de la conducta de Meursault, esta puede ser presentada como un caso de psicopatía en un enfoque psiquiátrico, como una forma de vida asociada con la ataraxia epicúrea, em un enfoque más moral. Compara, por tanto, los elementos conceptuales del diagnóstico de la conducta psicótica y las propiedades de la ataraxia y los aplica en el análisis del comportamiento de este personaje. Se postula, por tanto, que la conducta atribuida a Meursault como un ejemplo de un comportamiento no deseado, puede ser objeto de numerosas controversias, a través de las más diversas tipificaciones como una forma de no reconocimiento de la legítima diversidad en términos de los paradigmas de comportamiento.

Palabras clave: Filosofía de la psiquiatria. Comportamiento no deseado. El estigma. Psicopatía. Ataraxia.

*Artigo recebido em setembro 2011
Aprovado em dezembro 2011

1 INTRODUÇÃO

A questão do *comportamento indesejado* é, nas palavras de Szasz (1994), uma das principais preocupações das instituições de *controle social* de todas as épocas. Por *comportamento indesejado* se compreende aquele que ou foge ou contradiz os *paradigmas comportamentais* julgados como aceitáveis, desejados ou dignos. Não é à toa que divulgamos e cultuamos os feitos heroicos, a vida dos santos, os atos de bravura, a honradez dos nobres, as celebrações e premiações dos mais diversos atos. São nossos reforçadores que procuram aumentar ou diminuir a frequência dos nossos atos, ao mesmo tempo que denunciam comportamentos que não consideramos bem vindos ou aceitáveis, muito menos os desejamos. Comportamentos que não são apenas diferentes dos nossos, mas, de algum modo e por alguma razão, são ilegítimos. E, por julgarmos assim, temos usado diversos meios para ou extingui-los ou, na medida do possível, controlá-los.

Diversas são as instituições sociais criadas ou usadas para exercer o controle e a disciplina dos comportamentos, especialmente dos indesejados. Uma dessas é a psiquiatria, que, na teoria de Foucault (2006) a Szasz (1994), sendo herdeira das instituições religiosas medievais, como a Inquisição, tornou-se a pregarora moral por excelência. Tal como a moral para Nietzsche (2004), a psiquiatria é a nova *circe* das regulamentações comportamentais. Ela, assim como as outras instituições de controle, adquiriu não só a eficácia do estabelecimento social que a reconhece como legítima, mas, sobretudo, que a reconhece como uma necessidade social.

Uma das formas mais bem sucedidas que a psiquiatria tem usado para exercer pressão sobre os comportamentos é uma adaptação da própria tradição médica ocidental e tem dupla valoração: a compaixão e o diagnóstico. A *compaixão* aparece como o fundamento moral da ação médica que, em nome de um *amor fraterno*, autoriza as mais cruéis interdições em um suposto benefício do paciente, o que Szasz (1994) chama de *cruel compaixão*. O diagnóstico, por sua vez, é a justificativa científica dessa ação que classifica os comportamentos de acordo com a frequência, intensidade e funcionalidade dos paradigmas estabelecidos. Geralmente são classificados em *normais* (estatisticamente dominantes e funcionais), *anormais* (estatisticamente menores, com alguma funcionalidade comprometida,

mas não totalmente indesejados) e *patológicos* (comportamentos indesejados, inclusive, em alguns casos, independente de sua funcionalidade). Assim, por meio da compaixão e do diagnóstico, a psiquiatria tem conseguido assegurar os *paradigmas morais do comportamento* da sociedade cristianizada e interditar *comportamentos indesejados*, nem sempre ou somente por razões clínicas. Dentre as classificações psiquiátricas dos *comportamentos indesejados* está aquele a que chamam de psicopatia, cuja crença vulgar mais comum é a de associá-la aos midiáticos assassinos em série (*serial killers*). No entanto, uma leitura menos medicalizada, aberta à possibilidade de compreender os *comportamentos indesejados* em uma perspectiva de comportamentos legitimamente diferentes, pode nos conduzir a outras visões sobre eles, algumas das quais apresentadas como paradigmas morais do passado. Ateremo-nos aqui apenas à psicopatia, mas a reflexão pode ser estendida a outros diagnósticos psiquiátricos.

O uso primeiro do termo psicopatia (do grego: *psychè*: alma, mente; *pathos*: paixão, sofrimento, identidade) é frequentemente atribuído ao psiquiatra alemão J. L. A. Koch, em 1891. O termo *inferioridades psicopáticas* (corrigido nas edições posteriores por *personalidades psicopáticas*), foi utilizado por ele para designar transtornos mentais não-*psicóticos*, diferentes de insanidade e idiotia. Esse termo foi, paulatinamente, substituindo a ideia medieval de possessão demoníaca. Substituição essa que se tornou mais forte a partir do final do século XIX e início do século XX, período áureo do racionalismo e positivismo europeus, quando a convicção de que o homem é regido por leis naturais e que a ciência é capaz de dominá-las, fez com que as explicações e intervenções médicas sobre os *comportamentos indesejados* ocupassem cada vez mais espaço. Contudo, com o passar do tempo, o estabelecimento de sistemas classificatórios psiquiátricos e suas consequentes mudanças, a palavra psicopatia passou a designar apenas um tipo específico de *comportamento indesejado*, embora ainda não consensualmente decido qual.

As disputas conceituais em torno da classificação da psicopatia nos alertam para as propriedades axiológicas que os termos psiquiátricos comportam, bem como para as disputas morais nos quais eles estão envolvidos. Assim, por exemplo, em uma sociedade que não aceita

a pessoa autárquica, serena, que não facilmente se perturba com questões como a morte, a dor, a compaixão e o remorso, como proposta moral válida, alguém com essas características e que manifeste esse tipo de comportamento pode ser estigmatizado como alguém que tenha um transtorno mental. Alguém que tenha um comportamento moral indesejado. Nessa perspectiva, os termos psiquiátricos não são termos científicos isolados, como átomo ou número cardinal, mas são termos com forte conotação moral.

Ora, uma pessoa com as propriedades apresentadas é, justamente, o ideal moral apresentado por Epicuro, em uma época em que a moral cristã ainda não era a dominante. Mas, é também alguém que tem as propriedades mais requisitadas para ser diagnosticada como psicopata; em uma época em que a moral cristã ainda não era a dominante. Mas, é também alguém que tem as propriedades mais requisitadas para poder ser diagnosticada como psicopata, em uma época em que a moral cristã não só tem sido dominante, como a psiquiatria tem sido uma de suas principais herdeiras. Nessa perspectiva, a proposta moral de Epicuro para uma *makários zèn* (serenidade) entraria em conflito com uma perspectiva moral psiquiatrizada que nos autoriza a determinar o que é melhor para o outro com o intuito de curá-lo, de salvá-lo de si mesmo e pôr os outros a salvo dele.

Disso decorre a questão que queremos apresentar nesse texto: não estaria a nossa sociedade estigmatizando pessoas como tendo transtornos de comportamento apenas por elas não corresponderem ao padrão moral dominante? Pensamos que sim, pois, embora reconheçamos a diversidade dos comportamentos, só o fazemos por razões óbvias: o fato de eles existirem. Não os reconhecemos, nas palavras de MacIntyre (2001), como uma *diversidade legítima*, como comportamentos legitimamente diferentes.

2 O COMPORTAMENTO INDESEJADO E O DIAGNÓSTICO DE PSICOPATIA

Há uma espécie de lei moral não-escrita que rege o comportamento. Referimo-nos a comportamentos adequados (esperados ou desejados) a algumas situações, como por exemplo, certas demonstrações de sentimentos que não estão fincadas no sentir necessariamente, mas sobretudo em demonstrar. O choro diante da morte de um conhecido, lamentação diante do

fracasso de alguém, alegria diante de conquistas não são ações necessárias nem intrínsecas ao homem, mas casuais e que passaram, por costume, a funcionar como regra. Pelo hábito, a pessoa que não apresenta esses paradigmas ou tem dificuldades para aceitá-los são classificadas em categorias (estigmas, diagnósticos) associadas aos *comportamentos indesejados*.

Acerca disso, Stuart Mill (apud SZASZ, 1994, p.200) considera:

Mas o homem, mais ainda a mulher, que podem ser acusados ou 'de fazer o que ninguém faz', ou de não fazer 'o que todo mundo faz' estão sujeitos a observações muito depreciativas como se ele ou ela tivesse cometido alguma grave delinquência moral[...] Pois quem quer que se permita esses desvios, incorre no risco de algo pior que comentários caluniosos – eles estão arriscados a obterem um atestado *de lunático* e de terem sua propriedade tomada e dada aos parentes

Para clarificar esse argumento, façamos o seguinte experimento mental: imaginemos um homem adulto, do tipo médio, solteiro, sem nenhum comportamento considerado até então como inadequado ou indesejado. Esse homem, que já não tinha pai, fica órfão com a morte da mãe, tendo que se deslocar até a sua cidade natal para os ritos funerários. Ainda em período de luto, em sua cidade natal, vai a uma festa, comemora com os antigos amigos, tem relações não convencionais com mulheres... Certamente, em bocas do povo, os comentários demonstrariam incômodo ou reprovação com o comportamento inesperado, por um lado, e indesejado, por outro. Indo mais perto, não seria incomum ouvir: esse homem é um psicopata.

Embora possamos participar dessa reprovação, não há nada além do costume de interditar o *comportamento indesejado* que justifique nossa postura. Quanto ao julgamento de sê-lo um psicopata, essa seria apenas mais uma valoração rápida e superficial, haja visto que não há bases científicas capaz de estabelecê-lo.

Quando falamos da ausência de bases científicas para classificá-lo como psicopata, nos referimos à ausência de consenso dentro das ciências médicas acerca do que é a psicopatia, quais seus fundamentos, origens e sintomas e, inclusive, se pode ou não ser considerada um transtorno mental. O consenso nessas ciências é a forma como elas procuram resolver os dissensos característicos que são inerentes ao seu próprio processo investigativo. Tal consenso ocorre, geralmente, em grandes congressos e nas reuniões anuais das associações médicas convocadas para esse fim, bem como nos grupos permanentes de discussão.

No que se refere à psicopatia, isso ainda não se tornou possível acontecer. Tantas são as divergências entre as escolas que estudam o comportamento psicopata que o termo psicopatia desapareceu da última revisão do Manual Diagnóstico Estatístico e Classificação dos Transtornos Mentais (DSM), aparecendo apenas uma definição de Transtorno de Personalidade Antissocial ou Sociopatia, que também ainda não foram definidas como sinônimos de psicopatia; aparecendo como diferenças principais apontadas por alguns autores a origem do transtorno.

A discussão e os diagnósticos extra DSM, no entanto, não sumiram da clínica psiquiátrica. O psiquiatra e a sociedade (especialmente a mídia e a comunidade forense) continuam a considerar alguns desses comportamentos indesejados como psicopatas. As caracterizações de alguns paradigmas, inclusive em níveis diferentes de intensidade, como típicas da psicopatia é socialmente aceita e ganha espaço na literatura, inclusive associada a outros temas, como *bullying*. Alguns pontos comuns nesses discursos costumam considerar a pessoa com psicopatia geralmente como tendo dificuldade para se visualizar no lugar do outro (empatia) e, principalmente, para sentir culpa, remorso ou compaixão.

Em associação com essa concepção está a tendência para associar a palavra psicopata à imagem do assassino em série. Isso porque há casos referenciais dessa categoria de assassinos que foram estudados e apresentaram algumas disfunções no cérebro que, segundo determinado paradigma neurocientífico, comprometiam seus julgamentos morais. No entanto, essa associação não é suficiente e cientificamente sustentável. Nos EUA, um dos locais onde mais se estuda sobre psicopatia e assassinos em série (75% desses assassinos estão registrados naquele país), dos 56 conhecidos, apenas 86,5% são psicopatas (SZKLARZ, 2009, p.14-15), o que, do ponto de vista estatístico, é insignificante e não suficiente para estabelecer a compulsão de matar como sintoma de psicopatia.

Percebemos, portanto, que o diagnóstico de psicopatia pode ser considerado um julgamento precipitado, quicá uma estigmatização de um comportamento que sequer prejudica a funcionalidade do indivíduo, trás sofrimento ou ameaça a ele mesmo ou a outrem. Então, por que há insistência em mantê-lo? Seria por que não se encaixa nos paradigmas comportamentais morais da sociedade cristianizada? Esse

comportamento poderia ser visto sob outra perspectiva? Acreditamos que sim, inclusive moral, basta, para tanto, que nos afastemos dos paradigmas morais cristãos e adentremos outras possibilidades morais, como a epicureia.

3 ATARAXIA EM EPICURO:

uma proposta moral para a serenidade

Em sua *Carta a Meneceu*, Epicuro apresenta as questões éticas para a *makários zên*, ou seja, de como deve se conduzir o homem para que atinja a *autarkéia*, em uma vida baseada no *logismós* (operações do pensamento) e na *phrónesis* (prudência, sabedoria prática). Ali, juntamente com alguns aforismos, ele defende o que chama de *elementos fundamentais para a serenidade*, também conhecidos como *tetraphármakon*:

- a) não devemos temer os deuses: eles existem, mas não têm nenhuma influência sobre a nossa existência, nem nada do que fizermos terá influência sobre eles. Aliás, os deuses não constituem nenhum problema, mas o vulgo com suas concepções sobre os deuses que podem ser algum impedimento ou dificuldade para a serenidade:

Antes de tudo, crê que a divindade é um ser ditoso e imortal – e assim, certamente, que a nossa concepção pode imaginá-la -, e não lhe acrescenta nada que seja contrário à sua imortalidade ou incompatível com ela, mas, pelo contrário, apenas a relaciona com aquilo que está de acordo com essa dupla qualidade do imortal e do ditoso. Pois os deuses existem, já que nós somos, evidentemente, capazes de reconhecê-los. Apenas não são como a grande multidão os imagina; pois, assim como eles pensam que os deuses sejam, estes não o são, e não é ímpio o homem que nega o conceito que a massa do povo faz dos deuses, mas sim aquele que tenta imaginar os deuses em conformidade com o conceito popular. O que a multidão declara a respeito dos deuses não corresponde, certamente, à verdadeira compreensão divina, mas apenas a falsas conjeturas. Desse modo, ela considera como providência divina tudo o que acontece de mal para o perverso ou aquilo que beneficia o bom. A multidão estranha tudo que possui uma natureza diferente da sua própria, e assim apenas admite deuses que lhe sejam semelhantes. (EPICURO, 2005, p.37-38).

- b) b) não devemos temer a morte. Esse não-temor tem uma razão simples, porém profunda: "[...] a morte, o mais temível de todos os males, é para nós um nada: enquanto nós existirmos, não existirá ela, e quando ela chegar, nada mais seremos" (EPICURO, 2005, p.38). O sábio não deseja nem teme a morte. Se o vulgo considera a morte como o merecido descanso para a labuta da vida, contraditoriamente a

teme; o sábio não nega a vida nem tem temores de não mais viver, como se não viver fosse um bem ou um mal. O argumento completo sobre esse não-temor da morte é o seguinte:

[...] Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem na faculdade de sentir; a morte, porém, é a privação desse sentimento. Assim, o conhecimento de que a morte nada é torna deliciosa a nossa vida efêmera. Evidentemente, esse saber não modifica o limite temporal da nossa vida, contudo livra-nos do desejo de sermos imortais, pois para quem ficou ciente de que nada de terrível existe na ausência de vida, nenhum terror pode haver no viver. Mas se alguém argumentar que não teme a morte por causa da pena que ela trará quando vier, mas sim porque o simples fato da sua vinda já lhe é doloroso, é um tolo; pois é doídice que algo que não nos cause receio quando acontecer, possa trazer-nos pena, durante a espera, pelo fato de ser esperado! Assim, o mais temível de todos os males é para nós um nada: enquanto existirmos, não existirá ela, e quando ela chegar, nada mais seremos. Desse modo, a morte não toca nem os vivos nem os mortos, porque onde estão os primeiros não se encontra ela, e os últimos já não existem mais. (EPICURO, 2005, p.38).

- c) não devemos temer a dor. A primeira razão é que nem toda dor é para sempre: "A dor não permanece ininterruptamente na carne" (EPICURO, 2005, p.62), especialmente se for uma dor leve. A segunda é que, por mais forte que ela seja, passará e prevalecerá o prazer:

[...] Por mais violenta que ela seja, mais curta é a sua duração. Se ela, porém, existir ao lado do gozo, logo que ultrapasse este último na carne, não dura muitos dias. Num sofrimento mais demorado, entretanto, o prazer é sempre um pouco maior do que o padecimento da carne. (EPICURO, 2005, p.61-62).

E, se não passar, for muito aguda e conduzir à morte, não há problema, pois o sábio não deve temer a morte.

- d) não devemos temer a busca pela serenidade. A primeira razão para esse não-temor é que a serenidade é possível e se encontra no próprio processo de busca, que deve ser saboreada como uma refeição, cuja maior importância é o preparo, não a quantidade. Ou seja, na própria forma de vida, afastada dos temores de não viver ou de morrer:

[...] Do mesmo modo que, na refeição, ele não faz questão absoluta da quantidade desmensurada, mas dá maior valor à preparação gostosa, igualmente na vida não se preocupa com o tempo que esta dura, mas sim com a delícia da colheita que ela lhe traz (EPICURO, 2005, p.39).

E quanto menos desejos ele tiver, mais sereno ele será:

Aquele que conhece os limites da existência sabe que tudo aquilo é facilmente obtido, que elimina a dor das privações e que torna a vida perfeita. Ele não tem desejos, pois, de empenhos que apenas lhe trarão lutas (EPICURO, 2005, p.66).

Ou seja, o homem é aquele que percebeu "[...] que é fácil realizar e adquirir o bem máximo, enquanto o maior dos males ou tem apenas um curto espaço de duração, ou traz consigo somente uma dor breve;" (EPICURO, 2005, p.42). Essa percepção é uma operação do pensamento (*logismós*) desse indivíduo que delibera prudentemente:

Sempre que Epicuro se refere ao exercício do pensamento ou reflexão, o termo utilizado é *logismós*, cujo significado geral é 'ato de pensamento' ou 'operação do pensamento'. Ele é, portanto, o 'motor' de toda e qualquer deliberação ou juízo que o homem faz acerca da realidade que se lhe apresenta; e neste sentido *logismós* e *phrónesis* pertencem a um mesmo âmbito, ou seja, aquele do julgamento ou deliberação e da subsequente ação. (SILVA, 2003, p.72).

A segunda razão, decorrente dessa, é que o bastar-se a si mesmo (*autárkeia*) é a forma mais segura para alcançar essa vida serena:

A segurança perante os homens pode ser fortificada, até um certo grau, pelo poder e pela riqueza; aquela, porém, que é conferida pela vida na tranquilidade e no retiro da massa dos homens é certamente mais genuína. (EPICURO, 2005, p.64).

Razão essa pela qual se diz que "A vida de um justo é pouco perturbada por inquietações, a do injusto é cheia das maiores inquietações" (EPICURO, 2005, p.65), pois, "A necessidade é um mal. Não existe, porém, a necessidade de viver com essa necessidade" (EPICURO, 2005, p.75).

A síntese do *tetraphármakon* é a vida sem medo, ou uma vida baseada na *ataraxia*. Isso porque, para Epicuro (2005, p. 42), o bem e o mal estão associados às nossas afecções, donde se vem que a serenidade deve ser obtida através do domínio sobre as paixões, quando não de sua ausência: "[...] Para nós, prazer significa: não ter dores no âmbito físico e não sentir falta de serenidade no âmbito da alma". Isto é, o verdadeiro bem vem da ausência de dor no corpo (*aponía*) e da falta de perturbação na alma (*ataraxia*): "O apogeu do prazer será alcançado quando todas as dores forem eliminadas. Pois onde entrou o prazer não existem, enquanto ele reinar, nem dores nem padecimentos, ou até ambos" (EPICURO, 2005, p.61).

As bases fundamentais da *ataraxia* são tanto cognitivas (*logismós*) quanto práticas (*phrónesis*). Cognitivas quando se referem ao conhecimento desses medos e dos prazeres (naturais necessários, naturais não-ne-

cessários e não-naturais), e práticas (*aponía e ataraxía*) quanto a fazer bom uso e viver de acordo com esse conhecimento, livrando-se dos medos e usufruindo dos prazeres à medida que esses não tragam dor ou perturbação à alma. Assim, quando o homem faz uso do *tetraphármakon*, por meio do *logismós* e da *phrónesis*, ele atinge a *autárkeia*.

O homem autárquico é alguém que exista ou subsista por si mesmo, e isto só é possível quando sua ação tem o princípio nele mesmo, ou ainda quando a causa da ação é ele mesmo. Esse homem age de acordo com a natureza (*katà phýsin*), discernindo os prazeres, afastando-se do medo e da ação vã que, por sua vez, é fruto das opiniões vazias:

[...] Epicuro, particularmente, fundamentou a ideia de sabedoria (*phrónesis*) em si mesmo, ou seja, no modo como ele se posta no mundo e na compreensão da natureza ou da realidade na qual vive. O esforço maior do seu pensamento foi então o de favorecer a realização de uma vida tranqüila na medida em que isso dependia dele. (SILVA, 2003, p.77).

Perguntamos: qual a relação que podemos estabelecer entre essa proposta moral e o diagnóstico de psicopatia? Que tipo de significado podemos atribuir a essa relação? O que podemos esperar de uma e outra atribuição ao comportamento que as subjaz? Examinemos isso na sessão seguinte, tomando como referência a narrativa de Camus, em *O Estrangeiro*.

4 SR. MERSAULT: psicopatia ou ataraxia?

Em *O estrangeiro*, Camus constrói um personagem bastante emblemático para o estudo do *comportamento divergente* estigmatizado como *indesejado*: o sr. Mersault. Embora no caso do sr. Mersault seu comportamento não tenha sido estigmatizado pelas instituições psiquiátricas, mas jurídicas, ele serve aos nossos propósitos. O propósito de tematizar as estigmatizações psiquiátricas ou morais sobre o comportamento indesejado.

Mersault é um homem comum, de rotinas bem elementares, trabalhador de escritório, que leva uma vida simples e sem ostentações... O enredo se desenrola na Argélia, até então colônia francesa e tem início quando Mersault recebe um telegrama que comunica o falecimento e o enterro de sua mãe no dia seguinte, o que o leva a viajar a Marengo, onde fica o asilo onde ela reside. Ali, acompanha os procedimentos fúnebres sem expressar as emoções de costume, mostrando-se mais preocupado consigo, com sua racionalidade, e distante dos significados do ritual. Em meio ao

luto, já de volta à sua cidade, reencontra uma conhecida na praia com a qual começa um relacionamento, inicia amizade com o vizinho que acabara de fazer contato; tudo isso de uma forma bastante autômata, indiferente. Ainda nesse período se envolve em um homicídio, cujas razões, por ele mesmo, são apresentadas como sem motivo.

O ápice da obra, de acordo com nosso propósito, gira em torno do julgamento do sr. Mersault. O tribunal considera menos o ato homicida do que o comportamento recente dele: não ter demonstrado os sentimentos convencionais durante o enterro e luto por sua mãe. Nas palavras dele: "[...] posso dizer que se falou muito de mim, e talvez até mais de mim do que do meu crime" (CAMUS, 1995, p.100). E, mais adiante: "Resumi os fatos a partir da morte de mamãe. Relembrou minha insensibilidade, o meu desconhecimento da idade dela, o meu banho de mar do dia seguinte, com uma mulher [...]" (CAMUS, 1995, p.101). O que é corroborado pela própria promotoria: "Senhores jurados, no dia seguinte à morte de sua mãe, este homem tomava banho de mar, iniciava um relacionamento irregular e ia rir diante de um filme cômico. Nada mais tenho a dizer" (CAMUS, 1995, p.96).

Nessa análise, postula-se que a acusação ao Sr. Mersault pode ter tido suas razões jurídicas, mas as bases são, principalmente, morais:

E aqui está, meus senhores – disse o promotor. - Acabo de descrever, diante dos senhores, a série de acontecimentos que levaram este homem a matar com pleno conhecimento da causa. Insisto nisso – disse ele. - Pois não se trata de um crime comum, de um ato impensado que os senhores poderiam achar atenuado pelas circunstâncias. Este homem, senhores, este homem é inteligente. Ouviram-no falar, não é verdade? Sabe responder. Conhece o valor das palavras. E não se pode dizer que tenha agido sem se dar conta do que estava fazendo. (CAMUS, 1995, p.101-102).

Como se observa nessa cena:

Dizia que se debruçara sobre ela [o promotor dizendo sobre a alma de sr. Mersault] e que nada encontrara, senhores jurados. Dizia que, na verdade, eu não tinha alma e que nada de humano, nem um único dos princípios morais que protegem o coração dos homens me era acessível. (CAMUS, 1995, p.102).

Não é difícil observar que os juízos morais, quando bem colocados, precipitam-se sobre os *comportamentos indesejados* classificando-os não somente como inadequados, mas também como causas de comportamentos mais perigosos. Como comportamentos que podem desencadear outros mais indesejados ainda. Como atos contra a própria sociedade:

Não poderíamos, sem dúvida, censurar-lhe uma coisa destas [o de não ter uma alma moral] – acrescentou. - O que ele não teria possibilidades de adquirir, não podemos queixar-nos de que lhe falte. Mas, no que se refere a este tribunal, a verdade negativa da tolerância deve transformar-se na virtude menos fácil, mas mais elevada, da justiça. Sobretudo, quando o vazio de um coração, assim como o que descobrimos neste homem, se torna um abismo onde a sociedade pode sucumbir. (CAMUS, 1995, p.103).

No caso de *O Estrangeiro*, deduziu-se o assassínio do árabe (o comportamento homicida) pela sua postura serena (o comportamento não-emocional): "[...] acuso este homem de ter ido ao enterro da mãe com o coração de um criminoso" (CAMUS, 1995, p.99). Decorre daí todo o julgamento até a condenação do sr. Mersault à morte.

O caso do Sr. Mersault não se encerra com ele mesmo. À época do romance, o termo psicopata não era comumente utilizado fora da psiquiatria, mas a analogia entre as valorações dessa ciência (ou prática médica, para alguns) e as do julgamento apresentado na obra é possível: um comportamento não convencional cercado de valorações morais é considerado indesejado e deve ser, de algum modo, interditado.

Nessa perspectiva, a análise que fazemos sobre a obra deve considerar as valorações em torno do comportamento do Sr. Mersault, não como caso isolado, mas como situação presente na sociedade de então e na nossa. Valorações que se repetem sobre as mesmas fundamentações: o comportamento frio, que não demonstra compaixão alheia, não é digno dos comportamentos sociais aceitáveis, como observamos na fala: "Chegou a mostrar remorso? Nunca, senhores. Nenhuma só vez no decurso do sumário de culpa, este homem pareceu abalar-se com o seu crime abominável" (CAMUS, 1995, p.102). Como classificamos esse comportamento em uma perspectiva interditiva dos indesejados? A mais comum tem sido a de nomeá-lo como psicopata.

O Sr. Mersault seria então um psicopata? Isso explicaria a sua frieza diante da morte de um semelhante? A ausência de compaixão? A racionalidade em detrimento da emocionalidade? A ausência de culpa ou remorso? Certamente, na perspectiva da psiquiatria, essa seria uma boa escolha para diagnosticá-lo. Contudo, fora da lógica da classificação dos *comportamentos indesejados* como transtornos, como estigmas, essa solução psiquiátrica não é a mais adequada, ou pelo menos, não é a única possível.

À luz da filosofia moral, a questão ficaria em aberto, sendo ele talvez apenas um sujeito

ao qual a *ataraxia* lhe é inata, um sujeito moral epicureu, visto que seu comportamento compreende todas as condições conceituais da serenidade epicureia:

- a) não se perturba com a chegada da morte, embora não a procure e gostaria de viver mais um pouco. Aceita a fatalidade de morrer, como aceitaria a de continuar vivendo:

'Pois bem, então morreréi'. Mais cedo do que outros, evidentemente. [...] No fundo, não ignorava que tanto faz morrer aos trinta ou aos setenta anos, pois, em qualquer dos casos, outros homens e outras mulheres viverão, e isso durante milhares de anos. Afinal, nada mais claro que isso. Hoje, ou daqui a vinte anos, era sempre eu quem morria. Nesse momento, o que perturbava um pouco o meu raciocínio era esse frêmito terrível que sentia em mim, ao pensar nesses vinte anos que faltavam pra viver. O que tinha que fazer era sufocar essa sensação, imaginando o que seria meus pensamentos dali a vinte anos, quando, apesar de tudo, chegasse a hora. A partir do momento em que se morre, é evidente que não importa como e quando. Portanto – e o difícil era não perder de vista tudo o que este 'portanto' representava em matéria de raciocínio – portanto, o melhor era aceitar a rejeição de meu recurso. (CAMUS, 1995, p.114).

- b) não teme a existência dos deuses (Deus, em nossa sociedade), como observamos na visita do capelão. Interrogado se acreditava ou não em Deus, ele é categórico: "Respondi que não acreditava em Deus. Quis saber se tinha certeza disso e eu respondi que não valia a pena fazer-me tal pergunta; parecia-me sem importância." (CAMUS, 1995, p.116).
- c) não teme a presença da dor, nem as adversidades, pois sabe que ela é fácil de suportar e que não se pode reagir se ela for inevitável, observamos isso quando está na prisão e lembra das palavras da enfermeira durante a caminhada ao cemitério: "Se andarmos devagar – disse ela –, arriscamo-nos a uma insolação. Mas se andarmos depressa demais, transpiramos, e, na igreja, apanhamos um resfriado [...]" (CAMUS, 1995, p.22) "Não, não havia saída" (CAMUS, 1995, p.84).
- d) não temia buscar a felicidade de forma simples e facilmente alcançável nos prazeres simples do cotidiano, vivendo intensamente cada momento, usufruindo dos prazeres sem exageros.

Dessa forma, a classificação do comportamento do Sr. Mersault como psicopata apenas preenche a função de classifica-

ção do *comportamento indesejado* em uma perspectiva estigmatizante que precisa ser controlada. Inicialmente, precisa ser controlado pelas instituições mais abertas, como a família, a escola, a igreja... depois, por instituições mais interditivas, como a clínica, o hospital, o hospício... até as instituições mais punitivas, como a polícia, o judiciário, o carrasco... Contudo, em uma perspectiva não-estigmatizante desses comportamentos, vistos agora como diferentes e legítimos, seríamos levados a valorá-los a partir das escolhas morais intrínsecas, a subsistemas ou sistemas concorrentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma organização social na qual paradigmas comportamentais baseados na compaixão não fossem os dominantes, certamente o sr. Mersault não teria sido tão prontamente condenado, ou talvez o fosse apenas pelo ato homicida e não pelas razões argumentadas. Em uma sociedade na qual a diversidade dos comportamentos não fosse apenas reconhecida como um fato, mas fosse reconhecida como legitimamente diferente, não haveria espaço para a estigmatização do *comportamento indesejado*, fosse pela prática religiosa, moral, jurídica ou psiquiátrica. E isso nos levaria a não nos precipitarmos em julgar as pessoas em suas personalidades (tanto como psicopata quanto como sujeito moral epicureo), nem tampouco como condená-las por sua diferença. Aliás, teríamos que abrir mão da classificação das identidades subjetivas e seríamos obrigados a aceitar novos critérios para a valoração dos comportamentos, tomando-os em si mesmos em seus sistemas ou subsistemas morais.

No entanto, não é isso que fazemos. Estamos prontos para reconhecer a diversidade, mas apenas como fato social, não como fato moral. Ou seja, reconhecemos a existência da diversidade ou do diferente, pois não temos como negar isso, embora a história esteja cheia de provas que já o tentamos. Contudo, reconhecendo como legitimamente diferentes, como legitimamente divergentes, ainda não estamos. Tampouco estamos dispostos a aceitá-los, e isso por razões bem

específicas: estamos acostumados a julgar os comportamentos sempre em perspectiva. E, muitas vezes, somente na perspectiva dos comportamentos aceitáveis e desejados. Ainda não tomamos consciência, ainda, como atesta MacIntyre (2001), que há uma *incomensurabilidade conceitual* entre as narrativas morais contemporâneas. Que a legitimidade da diversidade moral é a única saída moral que nos resta.

Nossas valorações são historicamente determinadas e suas bases sociais não podem ser simplesmente mudadas sem que a sociedade também seja modificada. Nesse sentido, nossas valorações expressam o tipo de sociedade que estamos reforçando. E, no caso analisado, a pressa em julgar e condenar o sr. Mersault segundo valores morais relativos, nos indica que estamos reforçando um tipo de sociedade que interdita qualquer tipo de comportamento que considera inadequado aos propósitos das instituições morais baseadas na *compaixão*. Que não damos legitimidade às diferenças, ou só a reconhecemos à medida em que elas servem aos nossos propósitos (para o exercício da conversão, da cura, dos julgamentos ou do aprisionamento), afinal, as nossas instituições precisam de situações (como a do sr. Mersault) que as justifiquem.

REFERÊNCIAS

- CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- EPICURO. *Pensamentos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude*. Bauru: Edusc, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SILVA, Markus Figueira da. *Epicuro: sabedoria e jardim*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SZASZ, Thomas. *Cruel compaixão*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- SZKLARZ, Eduardo. Rituais macabros. *Super Interessante*, São Paulo, v. 267A, jul. 2009.